

ATÉ ONDE SERÁ POSSÍVEL EXPANDIR O VERNÁCULO?

Seria possível reimaginar um urbanismo-verde vernáculo a partir de reflexões sobre formas de viver e coexistir com a floresta?

Ana Claudia Duarte Cardoso

UFPA | aclaudiacardoso@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Resumo: Este texto propõe uma reflexão crítica sobre a possibilidade de reconhecer e reimaginar um urbanismo/paisagismo vernáculo amazônico, a partir de modos de vida baseados na coexistência com a floresta. Apoia-se no diálogo interdisciplinar e na crítica à universalização imposta pelas formulações técnicas do urbanismo/ paisagismo de origem metropolitana industrial, e às suas dicotomias estruturantes (cidade/natureza; urbano/rural; técnico/vernáculo) que foram impostas aos territórios amazônicos por processos coloniais desenvolvimentistas. A negação de que a floresta é antropogênica e de que suas estruturas espaciais eram adaptadas às condições geomorfológicas, socioambientais e climáticas é associada a um racismo ambiental. Essa ocupação nativa gerou territórios com ocupação de baixa densidade assumidos pelos colonizadores como vazios a serem ocupados para produção de commodities e expansão de cidades. O contexto atual de crise climática fomentou a difusão de protocolos de soluções baseadas na natureza em sociedades centrais, que ainda não discutem a escala do território tão necessária em contextos periféricos, e que demandariam uma revisão do urbanismo e do paisagismo de modo a promover a convergência desses campos e o reconhecimento de que da sociodiversidade poderão emergir soluções que operem a partir da unidade entre seres e ecossistemas, com soluções para ocupação de baixo impacto, e que poderiam ser reconhecidas como um urbanismo/paisagismo vernáculo oriundo da floresta tropical.

Palavras-chave: Urbanismo; Paisagismo; Vernáculo; Territórios Amazônicos.

PREENCHER A IDENTIFICAÇÃO
DOS AUTORES APENAS NO
ARQUIVO EM PDF 'COM
IDENTIFICAÇÃO'.
NÃO PREENCHER A
IDENTIFICAÇÃO DOS
AUTORES NO ARQUIVO WORD
'SEM IDENTIFICAÇÃO'.

HOW FAR CAN THE VERNACULAR BE EXPANDED? Would it be possible to reimagine vernacular green urbanism based on reflections on ways of living and coexisting with the forest?

Abstract: This text proposes a critical reflection on the possibility of recognising and reimagining vernacular Amazonian urbanism/landscaping, based on ways of life founded on coexistence with the forest. It is based on interdisciplinary dialogue and criticism of the universalisation imposed by technical formulations of urbanism/landscaping of industrial metropolitan origin, and its structuring dichotomies (city/nature; urban/rural; technical/vernacular) that were imposed on Amazonian territories by developmentalist colonial processes. The denial that the forest is anthropogenic and that its spatial structures were adapted to geomorphological, socio-environmental and climatic conditions is associated with environmental racism. This native occupation generated low-density territories that were assumed by colonisers to be empty spaces to be occupied for commodity production and city expansion. The current context of climate crisis has fostered the spread of nature-based solution protocols in central societies, which still do not discuss the scale of territory so necessary in peripheral contexts, and which would require a review of urban planning and landscaping in order to promote the convergence of these fields and the recognition that socio-diversity can give rise to solutions that operate on the basis of unity between beings and ecosystems, such as low-impact occupation solutions, which could be recognised as a vernacular urban planning/landscaping originating in the forest.

Keywords: Town Planning; Landscaping; Vernacular; Amazonian Territories.

¿HASTA DÓNDE SERÁ POSIBLE EXPANDIR EL VERNÁCULO? ¿Sería posible reimaginar un urbanismo verde vernáculo a partir de reflexiones sobre formas de vivir y coexistir con la selva?

Resumen: Este texto propone una reflexión crítica sobre la posibilidad de reconocer y reimaginar un urbanismo/paisajismo vernáculo amazónico, a partir de modos de vida basados en la coexistencia con la selva. Se basa en el diálogo interdisciplinario y en la crítica a la universalización impuesta por las formulaciones técnicas del urbanismo/paisajismo de origen metropolitano industrial, y a sus dicotomías estructurantes (ciudad/naturaleza; urbano/rural; técnico/vernáculo) que fueron impuestas a los territorios amazónicos por procesos coloniales desarrollistas. La negación de que la selva es antropogénica y de que sus estructuras espaciales se adaptaron a las condiciones geomorfológicas, socioambientales y climáticas se asocia con un racismo ambiental. Esta ocupación nativa generó territorios con baja densidad de ocupación que los colonizadores consideraron vacíos para ser ocupados para la producción de commodities y la expansión de las ciudades. El contexto actual de crisis climática ha fomentado la difusión de protocolos de soluciones basadas en la naturaleza en las sociedades centrales, que aún no discuten la escala del territorio tan necesaria en los contextos periféricos, y que exigirían una revisión del urbanismo y el paisajismo con el fin de promover la convergencia de estos campos y el reconocimiento de que de la sociodiversidad pueden surgir soluciones que operen a partir de la unidad entre los seres y los ecosistemas, como soluciones para una ocupación de bajo impacto, y que podrían ser reconocidas como un urbanismo/paisajismo vernáculo procedente del selva tropical.

Palabras clave: Urbanismo; Paisajismo; Vernáculo; Territorios amazónicos.

1. CONVERGÊNCIAS ENTRE CONTEXTOS E CAMPOS DE CONHECIMENTO

Este texto propõe uma reflexão metodológica sobre as possibilidades de incorporação das escalas e escopos do urbanismo e do paisagismo no âmbito do debate vernáculo. Essa proposta advém de diálogos com a história, antropologia, etnoecologia, arqueologia e outras disciplinas, que têm avançado nas últimas décadas graças ao uso de geotecnologias e da capacidade de identificação de camadas no palimpsesto que é a paisagem formada por territórios vividos.

É necessário esclarecer que as disciplinas do urbanismo e do paisagismo se consolidaram como campos profissionais na segunda metade do século XIX. Cerdà teria criado o urbanismo, a partir de sua proposta de ampliação para a rica cidade industrial de Barcelona. Seus estudos articularam redes técnicas (trem, água, esgoto, iluminação pública etc.), propostas detalhadas para novas formas de uso e ocupação do solo - desde o lote, quadra e para todo o "Ensanche" (a ampliação proposta que era muitas vezes maior do que a cidade consolidada de então). Ele propôs novas tipologias de ocupação, sistemas de áreas verdes, distribuição de usos e conexões com localidades próximas (os pueblos), dando expressão ao que passou a ser compreendido como metrópole industrial moderna (Institut Iddefons Cerdà, 1996). Concomitantemente Haussman faria uma grande reforma em Paris, definindo um parâmetro de urbanismo semelhante ao de Barcelona, que passou a ser seguido por cidades europeias. Ele executou as propostas há muito concebidas para a cidade esboçadas por Luís XIV, rei absolutista, que com todo o seu poder e longevidade do seu reinado (1643-1715) logrou levar sua corte para Versalhes, sem conseguir alterar Paris; foi apenas no século XIX, durante uma gestão imperial, de Napoleão III, que as reformas de Paris foram tornadas possíveis, muito pelo que ofereceram de ganho para a indústria da construção civil e para os proprietários de terra, que perceberam o quanto a (re)construção da cidade poderia ser lucrativa (Harvey, 2011).

Na mesma época, o campo do paisagismo moderno se consolidava nos Estados Unidos, nação que procurava estabelecer um mito de origem a partir da natureza (Choay, 1988) e recriar a cultura pitoresca e romântica tão apreciada pelos ingleses. O movimento contou com o trabalho de Frederick Law Olmsted como um excepcional difusor da arquitetura paisagística. Sua carreira se consolidou a partir do projeto em parceria com Calvert Vaux para o Central Park em Nova York, que inaugurou a prática de projeto para espaços amplos envolvendo planejamento urbano, ecologia, engenharia para melhorar a experiência das pessoas. Projetos para a expansão de Chicago pós-incêndio, ou para o sistema de parques que compuseram o Colar de Esmeralda em

Boston, voltados para a proteção de áreas vulneráveis a alagamentos, estudos para a criação de áreas de conservação como o Yosemite Valley são marcos de sua carreira. Sua trajetória também incorporou o ativismo político por garantia de direitos das mulheres, de animais e da natureza, e culminou com a criação do curso de arquitetura da paisagem na Universidade de Harvard em 1900, já próximo ao seu falecimento em 1903 (Schenk, 2008).

Estes três casos ilustram o quanto estas disciplinas, em sua origem, foram vinculadas às práticas profissionais formais, domínios técnicos e tecnológicos possibilitados pela vinculação com a indústria, destacando um personagem técnico como proponente de soluções para extensos territórios, assumidos como disponíveis (desocupados) para a ação. Esta narrativa segue a mesma lógica da modernização da arquitetura, disciplina milenar que nas sociedades ocidentais sempre destacou o protagonismo de um proponente. No império romano a tratadística de Vitruvius tornou-se o compêndio orientador sobre como construir. Na era moderna Alberti, seguiu na tratadística, enquanto arquitetos como Palladio expandiam essa arte para os edifícios residenciais. Contemporaneamente existem arquitetos cuja assinatura tornaram-se grifes (Choay, 2010; Pateta, 1997).

O apelo da técnica constituiu esses campos disciplinares em sociedades euroamericanas (centrais e/ou colonizadoras) e foi transposta para países que passaram por uma colonização orientada pela exploração, como o Brasil. A evolução desses campos disciplinares foi orientada pela mesma busca de universalidade dos sistemas econômicos que lhes fortaleceram, assim como pela necessidade de superação de epidemias que cada vez mais foram associadas às formas de habitar nas cidades. O higienismo era uma necessidade biológica, de saúde pública, mas também contava com conotações políticas e sociais subjacentes, associadas a crenças tais como a supremacia cultural (racismo), ou o protagonismo humano no planeta (antropocentrismo), como se todos os grupos sociais compartilhassem as mesmas trajetórias e expectativas (Hui, 2022)¹.

2. A RESISTÊNCIA ÀS DICOTOMIAS DOS MODOS DE VIVER NA AMAZÔNIA

Neste ponto trazemos a floresta amazônica como território resistente às conversões, onde a temporalidade e os ciclos lentos da floresta tropical lembram que o que hoje é hegemônico nem sempre o foi. Que todo este bosque visto, como selvagem pelos colonizadores europeus, unifica uma extensa paisagem cultural que transcende fronteiras nacionais contemporâneas, e por meio de rios, constituiu rotas que convergiam para o lugar em que a Coroa portuguesa implantou sua primeira cidade

¹ Neste sentido o jargão "Povo - Lugar - Trabalho" de Patrick Geddes, biólogo-sociólogo-geógrafo que concebeu metodologicamente o planejamento urbano e que defendia que a cultura de cada lugar se baseava nos recursos disponíveis na sua paisagem, foi esquecido. Geddes apresentou a necessidade de coleta de informação prévia à ação, e de escuta dos grupos sociais envolvidos no território, também atuou na convergência entre urbanismo e paisagismo.

colonial na região, Belém, e que por mais de trezentos anos se constituiu em centro gravitacional para onde convergiam produtos e decisões políticas.

Figueiredo (2019) resgata uma história do espaço amazônico como espaço vivido que precisa incorporar aspectos fisiográficos, geomorfológicos, biogeográficos e políticos. Neste contexto a colonização só foi tornada possível pelo trabalho e pelo conhecimento do povo Tupinambá, que ocupava a Mairi, território que pode ser compreendida como correspondendo a Belém, ou segundo o mesmo historiador, pode significar uma paisagem cultural muito maior, que se assemelhe às grandes centralidades produzidas em outras culturas, como foi Tenochtitlán, capital do império asteca encontrada ativa pelos colonizadores espanhóis. Na Amazônia essa centralidade seria mais dispersa, entremeada de floresta porque a floresta era produzida pelas pessoas, como seu local de trabalho e de sustento cotidiano. Esta é uma tese que se aproxima das recentes pesquisas arqueológicas realizadas na região que a apontam como uma área muito dinâmica, ocupada há pelo menos 20 mil anos, com tecnologias para manejos dos bosques, dos rios, e produção de uma biogeografia muito peculiar. A construção baseada em biomateriais (terra e madeira) e a capacidade de metabolização de ruínas por microrganismos e pela vegetação ensejaram uma interpretação de que a floresta era pristina, que nada teria que ver com humanos, pois os europeus não compreendiam como seria possível coexistir com a floresta, quando na verdade tratava-se de um jardim malcuidado, após o desaparecimento de seus "jardineiros".

5

O colonialismo era operado a por meio da prática de racismo ambiental, e tornou-se de tal modo hegemônico que os registros da realidade foram suplantados pela abstração das dicotomias capitalistas, tais como urbano e rural, cidade e natureza, saber técnico e saber cultural. O saber indígena, não personalizado mas próprio de um povo, sobre como ocupar suavemente a floresta (Krenak, 2019) foi totalmente desconsiderado, tanto quanto a produção de arquitetura a partir de biomateriais (madeira, terra).

A capacidade de manejo de solos, com a construção de tesos (sítios elevados) em áreas de várzea para instalação das moradias, ou de manejo de águas por meio da produção de diques e canais, ou a capacidade de fabricar ilhas (Rostain, 2011; Rostain et al, 2024; Heckenberger et al, 2008; Neves, 2022), são habilidades de descoberta recente, indicam que temos necessidade de inventar uma categoria para explicar do que isto se tratava, ou talvez reivindicar o adjetivo vernacular para esse tipo de urbe. O sentido latino dessa palavra designava área habitada e delimitada, servida de infraestrutura, onde são praticadas relações comerciais e há uma cultura própria (Coullanges, 1998).

Na sua concepção imperial romana original, a urbe contrasta com o campo, como local que concentra serviços e soluções, enquanto aquele lhes garante abastecimento. Se desde a antiguidade o viés utilitário imperialista tem prevalecido na cultura ocidental, como seria descrever assentamentos humanos entremeados de rios e floresta? Nestes as centralidades são definidas pela confluência de rios (Correa, 1987), e articuladas em

redes por rotas fluviais e terrestres (em padrões chamados pelos arqueólogos de urbanismo de baixa densidade agrário tropical, ou urbanismo galático) que formavam paisagens manejada em gradientes, sem a polarização sugerida pelos romanos, mas assumindo que os humanos eram parte da produção de ecossistemas, integrados nele por conhecimento acumulado por eras.

Partir desta unidade e da produção de uma paisagem cultural que inclui as aglomerações humanas justifica o empréstimo da expressão urbanismo para este padrão de ocupação amazônico. Neste sentido podemos considerar que a racionalidade humana para organizar territórios complexos não se restringe ao período da revolução industrial, e apenas o preconceito pode sustentar a exclusividade do termo urbanismo para a prática técnica própria das sociedades imperialistas, ou da era industrial.

3. RASTREANDO O URBANISMO/PAISAGISMO VERNÁCULO

Extenso debate sobre o que seria arquitetura já foi travado, com tendência a se considerar que, quando se trata de produção construída para atender necessidades específicas de modos de vida, determinadas pela disponibilidade de materiais locais e de saberes acumulados por gerações, que constituem uma racionalidade cultural sobre como construir e apropriar o território, trata-se de mera construção ou intervenção popular, menos merecedora de interesse acadêmico e abordada como arquitetura vernacular (Sant'Anna, 2013; Oliver, 2006, Weimar, 2012).

Esta postura foi muito favorecida pela expectativa de conversão total de práticas e formas de viver à lógica metropolitana e industrial (Monte-Mór, 2015), que foi irradiada de países centrais e colonizadores, em direção às tão diversas periferias do mundo; essa lógica estende um tecido de infraestrutura logística por sobre áreas remotas do mundo, para viabilizar a exploração de dádivas dos ecossistemas, que são assumidas como matéria prima, e colocá-las à disposição do metabolismo de consumo das grandes metrópoles (Monte-Mór, 2014; Brenner, 2014), ainda que isso signifique sua degradação socioambiental.

Nesta perspectiva, ideias, concepções, símbolos, sistemas de valores oriundos do centro tornaram-se a referência do que seria desejável, ainda que as práticas nos contextos que lhes são periféricos, se mostrasse muito mais adaptadas e duráveis quando avaliado a partir daquele lugar (Cardoso et al, 2026). Essa lógica foi impregnada em peças técnicas e no senso comum de tal maneira que tem justificado a redução progressiva de quintais e matas dentro da cidade consolidada amazônica (Cardoso, 2025), assim como a transformação de rios em canais nas áreas afetadas por obras públicas, ainda que ainda não adensadas². A desvalorização de rios e vegetação dentro

² Em Belém a construção da Av. Liberdade, inicialmente associada à agenda de obras da COP30 como rota metropolitana alternativa à BR316, desestruturou o espaço de moradia de comunidades ribeirinhas, aterrou e canalizou rios saudáveis, criou barreiras para o movimento da fauna, destruiu sítios

e fora da cidade foi construída pari passo, na medida em que se a visão dualista de campo-cidade se constituiu sobre o que era a paisagem cultural ancestral.

Viver em meio a floresta não fazia o menor sentido para os europeus colonizadores, que desejavam estabelecer formas de domínio sobre a terra para explorar seus "recursos", e direcioná-los para suas populações para, inclusive, ampliar a divisão do trabalho e as formas de inclusão econômica de seus cidadãos, nas suas cidades (lembrar que esse foi o percurso assumido como normal para a economia urbana). Enquanto nas periferias coloniais o tratamento dados às pessoas que passaram gerações desenvolvendo soluções a partir de experiências criativas e arrojadas foi a escravidão. Não seria possível estabelecer a colonialidade sem a justificativa da subalternidade e do atraso (Fanon, 2008).

No século XX, outra camada de enviesamento foi justificada pelo higienismo. Em resposta a epidemias como a tuberculose, este movimento tornou-se justificativa para a prática de diversas camadas de saneamento (física, social, simbólica, cultural), que gradativamente levaram ao desaparecimento territórios de saberes, que só eram mais facilmente mantidos em situações de isolamento ou negligência do aparelho estatal (como ainda ocorre nas cidades e vilas amazônicas em geral remotas).

A metamorfose de aldeias em cidades pequenas e vilas, foi uma estratégia colonial arguta, que mesclou cosmopercepções e produziu híbridos territoriais, não só convenientes para o controle geopolítico da região como para o acesso a matérias-primas (Correa, 1987). Como a lógica dominante só valorizava a cidade (a capital ou ponto de controle colonial), as aglomerações de pequeno porte foram deixadas sem assistência, apesar de se constituírem na rede de suporte para uma exportação de produtos da floresta em larga escala, orientada para o abastecimento da indústria dos países colonizadores.

A riqueza produzida a partir de ciclos de exploração de produtos da floresta (temperos, frutos, borracha, óleos etc.) era drenada para a metrópole regional, onde era feito o controle administrativo das exportações. As elites político-administrativas se constituíram sem incorporação de representantes da cultura da floresta, deixando as redes de pequenos assentamentos onde viviam pessoas que saíam para trabalhar no rio e na mata invisíveis (Ventura Neto, 2017).

Tal metamorfose foi clara no caso da centralidade que originou a Belém-metrópole-colonial, que tomou o sítio tupinambá e emulou a cidade europeia durante períodos de grande expansão comercial. Muita literatura foi produzida sobre o patrimônio artístico

arqueológicos, e criou um vetor de ocupação por dentro um mosaico de áreas protegidas da porção sul da Região Metropolitana de Belém. Não foram feitos estudos ou consultas à população, justificando-se que a rota da avenida seguia a rota de um linhão de alta tensão. Todavia a extensão de clareira e obstrução causados pela avenida é muito maior do que a rota do linhão pré-existente. O caso revela a incapacidade de compreender o momento em que vivemos, e a disposição de colocar patrimônio ambiental e cultural.

e cultural constituído na cidade a partir do intercâmbio comercial com a Europa, enquanto havia pouco interesse pela documentação histórica relativa às produções de grupos sociais mestiços, ou nativos, que geraram repertórios híbridos, nas áreas de várzea ou ilhas do município (Laurindo Jr, 2012; Sarges, Figueiredo, 2014), hoje assumidos como vernaculares ou quando já totalmente convertidos, reconhecidos como bairros populares (e periféricos) (Vicente, Cardoso, 2020; Cardoso, Vicente, Brito, 2021).

No decorrer deste processo, as madeiras, nobres ou não, e a palha, desapareceram dos espaços historicamente produzidos por estivas e palafitas pelas camadas populares da população, enquanto seu uso reemerge como prática culta, adaptada ao clima local na Guiana Francesa, ou em contextos em que os madeira de melhor qualidade pode ser adquirida. Mas ainda não se fala do espaço necessário para o crescimento de árvores ou espécies, que originam biomateriais (madeira, fibra, biomassa), das zonas de vegetação que protegem a integridade de rios (que precisam ser muito maiores do que as áreas de proteção permanente regulamentadas pelo Código Florestal Brasileiro de 2012), ou da espacialidade necessária para o suporte da biodiversidade (fauna e flora) como parte da estratégia de instrumentalização da vida, inclusive a humana.

Não faz tanto sentido falar em um paisagismo que evoca a natureza em meio a grandes metrópoles para a Amazônia, parques e praças têm sido introduzidos para disciplinar o lazer antes orientado pelo banho de rio, parques oferecem sombra, quando ainda há quem busque espécies que produzem óleos ou medicina da floresta nos remanescentes verdes da cidade. O cultivo de espécies para alimentação, cura, fitorremediação, produção de moradias e embarcações demonstra que o ecossistema sempre foi a solução na região, e isso sempre foi integrado ao espaço em que a vida cotidiana acontece. Mais uma vez a unidade prevalece, mostrando que o passado é o melhor norte para o futuro.

4. RAZÕES PARA RECONHECER UM URBANISMO/PAISAGISMO VERNÁCULO AMAZÔNICO

Na última década a historiografia tem procurado desafiar a desvalorização de saberes e soluções nativas a partir da reformulação da narrativa de sucesso colonial, por meio do destaque da ajuda que os colonizadores receberam dos povos indígenas, de seus saberes, força de trabalho e tecnologias (Costa, 2019; Figueiredo, 2019). Se uma metrópole como a Belém colonial se constituiu foi por grande colaboração dos indígenas na produção material da cidade, apesar da destruição que isso significou de seus sítios sagrados e de seus valores pelo processo de escravidão, só atenuado pela escravidão de pessoas africanas, que também advinham de contextos em que a vida era modulada pelos ecossistemas, e que encontraram na floresta condições de refúgio em quilombos, que na Amazônia assimilaram características semelhantes aquelas dos assentamentos indígenas (Saunier, Cardoso, 2025).

Para além dos argumentos apresentados até aqui, é preciso lembrar que apesar dos 525 anos da criação do Brasil, e das sete décadas de conversão da Amazônia em área de expansão capitalista via colonização brasileira, a escala da metrópole ainda é a exceção na região³. Novas regiões metropolitanas se justificam por interesses econômicos diversos, mas não contam mais com conurbações (Gomes et al, 2016). O movimento político pela metropolização se antecipa à integração socioterritorial convencional, e assimila as áreas de interstício para justificar a conversão de usos da terra de interesse do capital financeiro (produção de commodities) e imobiliário (loteamentos, condomínios, resorts), como se "os vazios" estivessem disponíveis para conversão ou incorporação ao mercado de terras.

Neste movimento ocorre o apagamento de corredores formados por pequenos assentamentos (formalmente classificados como aglomerados rurais), que se formam entremeados de camadas de agrofloresta, fortemente ligados à dinâmica dos ecossistemas em que estão localizados e invisibilizados em políticas públicas municipais, e para o qual este termo reivindica a expressão de urbanismo vernacular, como estratégia de visibilização e tomada de consciência de que se trata de uma forma consolidada de produção social do espaço, neste caso de territórios vividos.

Esses assentamentos são centralidades pequenas, que mantêm interstícios entre si, como envoltórias verdes, mantidas como espaço de trabalho, hoje compreendidos como espaços onde diversos serviços ambientais são viabilizados (modulação do microclima, produção, contenção ou evapotranspiração da água, filtragem de água e ar etc.), revelando a floresta como uma imensa infraestrutura verde, que conflita com a visão da terra-mercadoria. Essa infraestrutura requer espaço estabelecer suas biosoluções, não é mero espaço residual entre aglomerações humanas, mas parte integrante da estrutura de ocupação, uma biotecnologia, que respeita as condições do sítio e as necessidades de todas as suas populações (inclusive as espécies companheiras necessárias ao equilíbrio ecossistêmico). Rios e florestas poderiam funcionar como barreiras, mas também como membranas de permeabilidade para quem soubesse interpretar as camadas de vegetação na paisagem. Desse modo o que

³ Apenas Belém e Manaus contam com população maior que um milhão de habitantes em toda a Pan Amazônia. Outras cidades se destacaram durante o ciclo da borracha, como Iquitos no Peru. Outras estão inseridas em tamanha descaracterização que embora inseridas na bacia Amazônica, não se consideram vinculadas a este bioma, como é o caso de Santa Cruz de La Sierra na Bolívia. No Brasil, as capitais estaduais e os centros regionais ligados à grande logística de transporte e a produção de commodities se destacam como cidades médias, de população entre 100 e 500 mil habitantes. Uma grande massa de municípios mantém população abaixo de 50 e 20 mil habitantes. Além disso, muitas vezes se associa população municipal e população urbana no Brasil, enquanto na região a população rural é expressiva, pela forma de vida em vilas e localidades, que podem alcançar até 20 mil habitantes. Enquanto uma cidade como Santarém ocupa 2% do território municipal, os corredores de vilas e localidades do município cobrem 40% do território municipal, e por falta de regulamentação sensível aos argumentos deste texto são formalmente consideradas áreas de aptidão ao cultivo de grãos, ao mesmo tempo em que territórios nas margens dos rios são totalmente alterados por portos também voltados para exportação.

poderia parecer hostil para forasteiros era manancial de recursos para humanos e outras espécies nativos.

Atualmente, o não reconhecimento da existência de um urbanismo vernáculo associado aos grupos que ainda mantêm a floresta viva, resulta na designação desses territórios como área de expansão da cidade, ou como campo, ou área apta para produção de commodities, o que por duas vias está ligado às práticas capitalistas hegemônicas, que estão no DNA das formulações técnicas regulamentadas e assumidas como normais no Brasil.

Recentemente, políticas orientadas para a valorização de soluções baseadas na natureza passaram a ser fomentadas pelo Programa Cidades Verdes e Resilientes (Brasil, Decreto nº 12.041/2024), e o Plano Nacional de Arborização Urbana (MMAMC, 2025) indicam uma aderência à agenda da Nações Unidas (IUCN, 2020) sobre o tema. Mas a manutenção do foco ainda restrita às cidades no Brasil demonstra a enorme incapacidade de ampliar o debate para territórios de ocupação vernacular, quando a questão toca interesses de exportação.

São inúmeros os conflitos e contradições entre formas de viver, mesmo em cidades de pequeno porte na região, ainda regidas pelos ciclos dos rios, e a disponibilidade de investimentos associados às políticas públicas. Há de se aterrar várzeas, ressacas e mangues nas margens dos grandes rios, no Arquipélago do Marajó ou na costa Atlântica do Pará e Amapá, ou de se suprimir florestas e aniquilar biodiversidade para introduzir pastos ou bairros planejados no arco do desmatamento que hoje se estende do Sul e Sudeste do Pará até o Acre, para criar as paisagens normalizadas pelo discurso de progresso introduzido e financiado pelo desenvolvimentismo.

Nesta era de primazia econômica também se produz cidade por abertura de áreas de floresta como apoio aos novos usos da terra voltados para exportação (produção de soja, gado, minérios, hidroeletricidade, madeira). Pela ótica imobiliária, esses espaços repletos de trabalho biosocial são pouco valorizados, remover a floresta produz solo barato tanto para grandes propriedades rurais quanto para a urbanização. A emergência de loteamentos e condomínios contíguos às cidades consolidadas indica um negócio muito lucrativo, sujeito à prática de preços assemelhados aos de áreas urbanas inseridas em contextos totalmente ligados à lógica industrial em outras regiões do Brasil (Melazzo, 2025). A lucratividade é maior quando existem amenidades como proximidade de rios e praias de apelo turístico, tornadas cada vez mais raras pelo avanço da degradação, provocada pela concorrência entre a indústria extrativa e a floresta viva.

O não reconhecimento de que a ocupação nativa, que ainda resiste e se manifesta por meio dos aglomerados rurais associados a uma produção de agrofloresta (e que mantém a lógica ancestral do manejo e produção de massas vegetais, solos e águas, constrói autonomia, soberania e identidade alimentar), desperdiça a possibilidade de

articulação do urbanismo desenvolvido na região ao debate por adaptação ao novo contexto de crise climática. Também coloca o urbanismo a serviço do racismo ambiental, sempre que o coloca como ferramenta técnica para uma homogeneização que é do interesse do capital, em suas variadas feições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental foi gerada pela inabilidade humana de compreender limites ecossistêmicos (de regeneração ou reposição de elementos explorados pelos humanos) em escala planetária, e afeta severamente os grupos que dependem de ecossistemas saudáveis e equilibrados, e que convenientemente foram reportados como atrasados e pobres durante o século XX, justamente por dependerem da saúde dos ecossistemas para atendimento de suas necessidades, e não serem totalmente integrados às dinâmicas de consumo de massa.

Os grupos que ainda vivem entre rios e floresta são os primeiros afetados pelas mudanças climáticas e pela contaminação associadas às intervenções da grande logística (hidrelétricas, portos, estradas e ferrovias implantados na região), ou pelo desmatamento para produção de commodities. São comuns os relatos de perda da capacidade de previsão do tempo das chuvas ou de plantar, ao mesmo tempo em que as soluções vernáculas de uso e ocupação do território, adequadas para inundações ou para o contato permanente com as águas são negligenciadas⁴, porque demandam justiça ambiental e rigor no controle e regulação do uso da terra. Em contexto periférico as regulações disponíveis estão a serviço da incorporação de novos repertórios espaciais e das oportunidades de negócios, ainda que isso não signifique melhoria de qualidade de vida, o que entra em contradição com os discursos de origem de disciplinas técnicas como o urbanismo e o paisagismo, criadas em contextos metropolitanos industriais para promover bem estar de suas populações.

Em contextos como o amazônico, as dinâmicas contemporâneas incidem fortemente sobre as áreas de floresta, eliminando-as para constituir binômios de modernidade (cidade-campo, urbano-rural, artificial-natural). Emergem novas polaridades em que o técnico contrapõe o vernáculo, substituindo-se: a) o que era multifuncional (usos diversos dos rio e matas, e diversidade de formas de ocupação das margens e várzeas) pelo que atende a interesse ou função específica (como a monofuncionalidade gerada

⁴ Enquanto soluções industriais de adaptação recebem investimentos significativos de organismos internacionais (como ocorre em Busan, Coreia do Sul, onde está sendo construída uma cidade flutuante chamada Oceanix, ver <https://www.freethink.com/cities/floating-city-36248>) ou se constituem protocolos para implantação de SBNs de alto custo em cidades que querem se tornar mais permeáveis.

por portos); b) o que é regido pelo tempo lento dos ecossistemas, que sedimenta a cultura no decorrer de gerações, pelo tempo acelerado dos negócios e lucro capitalista; c) estratégias de ocupação coletiva maleáveis e capazes de seguir o fluxo das águas pelas delimitações rígidas e cercamentos que salvaguardam a propriedade privada individualizada; d) a articulação espacial de assentamentos em rede horizontais por leituras que detectam apenas hierarquias e resultam em redes descritas por níveis hierárquicos.

A valorização da racionalidade técnica justificou o apagamento da sociodiversidade que é impactada por obras oficiais, e a destruição de seus territórios e saberes espaciais. O pressuposto da homogeneização das formas de viver, nega que pessoas convivam de modo equilibrado com rios e matas, que tenham selecionado as espécies que plantam e que honrem seus ciclos de fauna e flora; que só usem o quanto necessitam, que não desejem acumular e que sejam solidárias em suas comunidades. A decisão de estabelecer políticas ambientais que excluem os humanos dos ecossistemas por os considerar uma ameaça (em razão de adensamento populacional, da exploração acelerada de recursos, tão comuns no âmbito da racionalidade capitalista), desconsidera que para quem nasceu em comunidades situadas entre rios e floresta o território pode ser como seu próprio corpo.

Compreender o léxico espacial de quem é capaz de viver em ambientes pouco modificados (consumindo pouca energia e água ou substituindo os recursos que utiliza) pode significar um recurso importante para desenvolvimento de capacidades de adaptação ao contexto de crise climática. Nesta perspectiva toda a concepção vernacular de produção do território que ainda pode ser encontrada nas margens ou bordas de assentamentos humanos, se destaca como mais apropriada e mais bem adaptada às circunstâncias contemporâneas do que a racionalidade técnica-industrial-metropolitana de produção massificada de produtos ou cidades. Será por meio da valorização do vernáculo que encontraremos repertórios para fazer a transposição de formas de ver o jardim meramente lúdico como uma paisagem cultural funcional (que controla inundações, produz alimentos, regula o clima, cultiva os biomateriais necessários para a vida cotidiana); de compreender que identidade e soberania alimentar são conquistas, e que toda biodiversidade é apoiada por uma sociodiversidade paralela.

Por fim, somente a visão da periferia a partir dela mesma pode evitar a abordagem desta a partir das referências do centro.

6. AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTO À BOLSA PQ CONCEDIDA POR MEIO DO PROCESSO 305775/2021-9 CNPQ.

7. REFERÊNCIAS

BRENNER, Neil. Teses sobre a Urbanização. Revista @-metropolis, 9, 5, p. 5-26, 2014.

CARDOSO, Ana Claudia et al. Urbanização e natureza nas Amazônias: dicotomias e pluralidades. In: CARDOSO, A.C; PEREIRA, J.C. O Urbano e a Cidade na Paisagem Amazônica. Volume 1 Coletânea Amazonicidades. Brasília: Editora do Senado Federal, 2026, p. 17-39.

CARDOSO, Ana Claudia; VICENTE, Letícia; BRITO, Romário. Espacialidades da Várzea Amazônica: os Casos de Afuá, Mocajuba e Belém. Revista Paranoá, v. 29, p. 1-15, 2021.

CARDOSO, Cristina. O rural na cidade. O estudo dos interstícios verdes no tempo em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará. Belém. 2025.

CHOAY, Françoise. A Regra e o Modelo. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CORREA, Roberto. A periodização da Rede Urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Ano 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, Francisco. A Brief Economic History of Amazon 1720 - 1970. London: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

COULLANGES, Fustel. A Cidade Antiga. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FANON, Frantz. Peles Negras Máscaras Brancas. Salvador: Edufba, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin. Mairi dos Tupinambás e Belém dos Portugueses: encontro e confronto de memórias. SARGES, Maria de Nazaré, FIGUEIREDO, Aldrin Moura de, AMORIM, Maria Adelina (org.) O Imenso Portugal, estudos luso-amazônicos. Belém: Edufpa, 2019, p. 19-41.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HECKENBERGER, M. et al. A Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. Science, v. 321, p. 1214-1217, 2008.

HUI, Yuk. Tecnodiversidade. São Paulo: Ubu, 2020.

INSTITUTO IDELFONS CERDÀ. A Catalogue of the exhibition MOSTRA CERDÀ . Urbs i territori held September 1994-through January 1995. Barcelona: Fundação Catalana per la Reserca, 1996.

IUCN. Guidance for using the IUCN Global Standard for Nature-based Solutions : a user-friendly framework for the verification, design and scaling up of Nature-based Solutions. Gland: IUCN, 2020. Disponível em <https://portals.iucn.org/library/node/49071>, acesso 9/02/2026.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAURINDO JR. Luiz Carlos. A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MELAZZO, Everaldo. Entre a Casa e a Cidade. Rio de Janeiro: Consequência, 2025.

MONTE MÓR, Roberto. Extended Urbanization and Settlement Patterns in Brazil: An Environmental Approach. In: Neil Brenner. (Org.). Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization. Berlim: Jovis Verlag, 2014, p. 109-120.

MONTE-MOR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, pp. 55-70.

Neves, E. Sob os Tempos do Equinócio, oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: EdUSP, 2022.

OLIVER, Paul. Built to Meet Needs. Cultural Issues in Vernacular Architecture. Oxford: Architectural Press / Elsevier, 2006.

PATETTA, Luciano. Historia de la Arqitetura Antologia Critica. Madrid: Celeste Ediciones, 2010.

PESSÔA, José; NAJJAR, Rosana. O que nos ensinam as pedras do Cais do Valongo. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, v. 1, p. 68–96, 2024.

ROSTAIN, S. Pre-Columbian Earthwork in Coastal Amazonia. Diversity 2010, 2, 331-352; doi:10.3390/d2030331.

Rostain, S.; Dorison, A.; Saulieu, G.; Prümers, H.; Pennec, J.L.; Mejía, F.; Freire, A.; Jiménez, J.; Descola, P. Two thousand years of garden urbanism in the Upper Amazon. Science, 383, 6679, pp.183-189. 2024. DOI: 10.1126/science.adi6317.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura Popular Espaços e Saberes. Políticas Culturais em Revista, 2(6), p. 40-63, 2013

SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de (Org.) Antonio Lemos: Revisitando o mito (1913-2013). Belém: Açaí, 2014.

SAUNIER, Catarine de Nazaré Moreira; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Senhores das águas: quilombos da Amazônia Paraense (século XIX). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 33, p. 1-40, 2025.

SCHENK, Luciana. Arquitetura da Paisagem, entre o Pinturesco, Olmsted e o moderno. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Carlos. 2008.

VENTURA NETO, Raul. A (trans) formação socioespacial da Amazônia: floresta, rentismo e periferia. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Econômico) Unicamp, Campinas, 2017.

VICENTE, Letícia; CARDOSO, Ana Claudia. Tipologias espaciais da várzea amazônica: estudo morfológico de assentamentos em Afuá (PA). Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 5, p. 96-112, 2020.

WEIMAR, Gunter. Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.